

aux PA 3

Refletir melhor

PLÍNIO DE ARRUDA SAMPAIO

FOLHA DE SÃO PAULO

17 MAI 1988

Comentário registrado pela imprensa permite-me introduzir o tema deste artigo: os riscos que estamos correndo por causa da infeliz decisão da Constituinte no tocante ao capítulo da reforma agrária.

Reproduzo-o:

“Vamos ter o que nunca tivemos: guerrilha no campo. É Tupamaro, Sendero Luminoso. Foi o voto contra a estabilidade do processo político”.

Evidentemente ninguém poderá imaginar que se trata de uma ameaça e obviamente a referência aos tupamaros não foi registrada corretamente, porque este foi um movimento urbano e não rural. Trata-se, isto sim, de uma previsão que espero não se materialize, mas que não posso deixar de fazer, por uma razão muito simples: toda sociedade que enfrenta um problema social de grande magnitude e não consegue, em tempo hábil, canais institucionais para solucioná-lo, tende para a instabilidade. Não é possível conviver indefinidamente com um quadro social que lança 43% das famílias rurais abaixo da “linha da pobreza absoluta”.

A impossibilidade de resolver o problema da pobreza e da opressão secular da população indígena tor-

nou inevitável, no Peru e na Colômbia, a eclosão da guerrilha rural. Anos atrás, em Bogotá, perguntei ao mediador das negociações de paz entre a guerrilha e as forças armadas, como se explicava aquele inusitado episódio. Respondeu-me que as duas partes sentaram-se à mesa de negociações porque nenhuma delas tinha condições de vencer. A razão desse impasse era simples: o exército arrebentava a guerrilha, mas a pobreza rural a fazia renascer. Há mais de três décadas, a guerrilha está dessangrando a economia da Colômbia e do Peru e impedindo que se consolide, nesses países, um regime democrático sólido e estável.

A previsão que fiz e que a imprensa registrou é a seguinte: se não conseguirmos eliminar a pobreza rural dentro de um prazo razoável, estará dado o caldo de cultura para que esse tipo de situação venha a se configurar em nosso país.

O lamentável texto aprovado terça-feira passada, fruto da rendição de um grupo de constituintes ao argumento demagógico, falso, juridicamente inconsistente, da proteção à “propriedade produtiva”, não permite que o Estado democrático —que todos esperamos surja dessa

Constituinte— dê solução ao problema da pobreza rural. Um texto que deixa, nos representantes sindicais dos homens do campo, a sensação de que 30% da população brasileira foi, mais uma vez, marginalizada do seu processo democrático, justifica a preocupação que tive, e que a imprensa registrou, quanto à possibilidade de se criar aqui, em anos futuros, aquela trágica situação.

A decisão relativa à reforma agrária chama a atenção ainda para um outro ângulo da questão: porque uma assembleia, capaz de aprovar, em todos os capítulos até agora votados, avanços em relação à legislação do período autoritário, retrocedeu no capítulo da reforma agrária?

A pergunta tem pleno cabimento, uma vez que, do ponto de vista estritamente econômico, a reforma agrária não tem a dimensão dos demais problemas que conseguiram ser solucionados. O produto agrícola corresponde, hoje, a pouco mais de 10% do PIB e a população rural não passa de 30% do total, ou seja, o setor agrícola não resume mais, como outrora, o fundamental da economia brasileira. Comentando isto com um jornalista, adiantei uma hipótese que precisa ser cogitada

por todos quantos estão empenhados em consolidar o regime democrático. O impasse na reforma agrária não decorre da sua dimensão econômica, que não é mais a decisiva, mas da persistência —em um Brasil que se quer moderno, democrático, livre de preconceitos— do quadro sociológico, político e cultural da dominação de oligarquias tradicionais sobre a grande massa da população. Se o que se impôs, na constituinte, não foi, como se propalou demagogicamente, uma preocupação com o nível de produção agropecuário do país, mas o fantasma daquilo que Clóvis Rossi sintetizou na antinomia Casa-Grande-Senzala, a nova Constituição terá vida curta. Se, entretanto, o episódio da terça-feira foi apenas uma recidiva da prepotência secular do latifúndio —que tomou de surpresa um plenário, vítima até de irregularidades regimentais— os verdadeiros democratas precisam urgentemente encontrar uma forma de trazer a Constituinte de volta ao caminho da razão.

PLÍNIO DE ARRUDA SAMPAIO, 57, advogado, é deputado federal, vice-líder do PT no Congresso constituinte e professor da Fundação Getúlio Vargas (SP).